

CONTEXTOS EXISTENCIAIS E CULTURAIS: A IDENTIDADE ROMANI PELA FILOSOFIA CIGANA

CONTEXTOS EXISTENCIALES Y CULTURALES: LA IDENTIDAD GITANA A TRAVÉS DE LA FILOSOFÍA GITANA

EXISTENTIAL AND CULTURAL CONTEXTS: ROMANI IDENTITY THROUGH ROMANI PHILOSOPHY

SILVA JÚNIOR, ALUÍZIO DE AZEVEDO

Dr. Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES) do Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde (IcICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

E-mail: lujju25@gmail.com

ARAÚJO, INESITA SOARES

Dra. Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES) do Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde (IcICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

E-mail: inesita.araujo@icict.fiocruz.br

RAMOS, MARIA NATALIA PEREIRA

Dra. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta de Lisboa (UAb)

E-mail: nataliapramos@gmail.com

RESUMO

Partindo do Campo da Comunicação & Saúde (C&S) abordamos nesse artigo os arranjos epistemológicos de uma pesquisa de doutorado que enfocou nos processos interculturais e mediações presentes na apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal e que articulam quatro matrizes: a filosofia cigana, os Estudos semiológicos, os Estudos Culturais e os Estudos Anticoloniais. Especificamente, analisamos os contextos existenciais-culturais, com foco na produção da identidade cigana na perspectiva da filosofia *Kalon*. Começamos por questionar os processos de invisibilidade e silenciamento, bem como de desigualdade e exclusão sociais, que historicamente foram aplicados contra os povos e pessoas romani. Apresentamos o modo como construímos o diálogo com a filosofia de vida cigana. Na sequência, para dar concretude à filosofia, aprofundamos o olhar para o modo como a produção social da ciganidade, isto é, das identidades ciganas do tronco étnico, ocorrem na fricção entre “kalons e gadjons”, por meio de disputas entre as próprias associações ciganas pelo direito de autonegação e definição identitária. Por fim, refletimos em especial sobre o modo como as pessoas das comunidades ciganas utilizam as identidades romani como uma “tática coringa” para ocupar melhores lugares de interlocução no mercado simbólico da saúde cigana nos dois países e, conseqüentemente, combater as estratégias opressoras e excludentes.

PALAVRAS-CHAVE: ciganos; comunicação e saúde; identidade romani; filosofia cigana; interculturalidade.

RESUMEN

A partir del Campo de la Comunicación y la Salud (C&S), abordamos en este artículo los arreglos epistemológicos de una investigación doctoral que se centró en los procesos y mediaciones interculturales presentes en la apropiación de políticas públicas de salud para gitanos en Brasil y Portugal y que articulan cuatro matrices: la filosofía gitana, los estudios semiológicos, los estudios culturales y los estudios anticoloniales. En concreto, analizamos contextos existenciales-culturales, centrándonos en la producción de la identidad gitana desde la perspectiva de la filosofía Kalon. Comenzamos cuestionando los procesos de invisibilidad y silenciamiento, así como de desigualdad y exclusión social, que históricamente se han aplicado contra los pueblos y personas gitanas. Presentamos la forma en que construimos un diálogo con la filosofía de vida gitana. Luego, para dar concreción a la filosofía, profundizamos la mirada sobre la forma en que la producción social de la gitana, es decir, de las identidades gitanas del tronco étnico, se da en la fricción entre “kalons y gadjons”, a través de disputas entre las propias asociaciones gitanas por el derecho a la autonominación y definición de identidad. Finalmente, reflexionamos en particular sobre cómo las personas de las comunidades gitanas utilizan las identidades gitanas como una “táctica comodín” para ocupar mejores lugares de diálogo en el mercado simbólico de la salud gitana en ambos países y, en consecuencia, combatir estrategias opresivas y excluyentes.

PALABRAS CLAVES: gitanos; comunicación y salud; identidad gitana; filosofía gitana; interculturalidad.

ABSTRACT

Starting from the Field of Communication & Health (C&S), we address in this article the epistemological arrangements of a doctoral research that focused on the intercultural processes and mediations present in the appropriation of public health policies for Romanies in Brazil and Portugal and that articulate four matrices: the gypsy philosophy, semiological studies, cultural studies and anti-colonial studies. Specifically, we analyze existential-cultural contexts, focusing on the production of gypsy identity from the perspective of Kalon philosophy. We begin by questioning the processes of invisibility and silencing, as well as inequality and social exclusion, which have historically been applied against Roma peoples and people. We present the way in which we build a dialogue with the gypsy philosophy of life. Then, to give concreteness to the philosophy, we deepened the look at the way in which the social production of gypsiness, that is, of the gypsy identities of the ethnic trunk, occurs in the friction between “kalons and gadjons”, through disputes between the associations themselves. gypsies for the right to self-nomination and identity definition. Finally, we reflect in particular on how people from Roma communities use Romani identities as a “wildcard tactic” to occupy better places of dialogue in the symbolic market of Roma health in both countries and, consequently, combat oppressive and exclusionary strategies.

KEYWORDS: romanies; communication and health; romani identity; romani philosophy; interculturality.



1. PODE O CIGANO FALAR E SER OUVIDO?

Ao começarmos esse texto com a questão “Pode o Cigano Falar e Ser Ouvido”, nos inspiramos no clássico título, “Pode o Subalterno Falar”, da Gayatri Spivaki (2010) e trazemos uma questão levantada por ela, que incomodamente emerge ao ocuparmos o lugar de fala e de interlocução (ARAUJO, 2002) de pesquisadores que estudam grupos “subalternos”, marginalizados ou colonizados, caso dos grupos ciganos, seja no Brasil ou em Portugal: “pode o subalterno (no nosso caso os ciganos) falar (em)? Pode (m) o(s) subalterno(s) (ciganos) participar (em) do processo comunicativo – o das políticas públicas em específico e o desta tese em particular – sem ocupar um lugar de inferioridade?”

Não é nosso intuito responder a essas questões agora e tampouco adentrar os conceitos de colonizado, subalterno ou de marginalizado, termos utilizados por Spivak (2010) para classificar pessoas e grupos sociais que – recorrendo a Boaventura de Sousa Santos (2002) –, estão do outro lado da linha abissal, sofrendo dominações do capitalismo, do colonialismo e do heteropatriarcado, ou recorrendo em Araujo (2002) estão na periferia discursiva. Desprovidos dos direitos básicos da humanidade, são invisibilizados e lhes é negado o direito de falar, serem ouvidos e se auto representar, caso dos grupos ciganos.

Em outras palavras, começar perguntando se as pessoas ciganas podem falar e ser ouvidas, é bastante pertinente para iniciar a reflexão quanto as mediações, as comunidades discursivas, as instâncias, contextos e, sobretudo, as relações interculturais presentes nos processos de comunicação e saúde das políticas públicas de saúde para povos ciganos no Brasil e em Portugal.

Além de dar acesso ao debate das condições sociais, culturais e políticas que operam como mediações para as identidades ciganas, particularmente em sua relação com o acesso equitativo aos sistemas de saúde públicos do Brasil e Portugal, permite trazer à tona o silenciamento e a invisibilidade histórica com que foram retratados pela história oficial e maioria dos estudos acadêmicos (SILVA JÚNIOR, 2018).

A censura e o silenciamento das vozes e saberes *romanis* foram analisados tendo como ponto de ancoragem uma visão da comunicação como: lugar e processo de disputa de sentidos entre diferentes interlocutores (ARAUJO, 2002); o que está em disputa é o poder simbólico, poder de fazer ver e fazer crer (BOURDIEU, 1989); as relações de comunicação são, portanto, relações de poder. Outro ponto de ancoragem é a abordagem da produção social da identidade, que se dá sobretudo no campo na linguagem.

Em todo ato comunicativo, os sujeitos negociam a legitimidade de seus pontos de vistas. Devido a uma série de fatores e fontes de mediação, estratégias e contextos, alguns interlocutores e comunidades discursivas detêm maior poder simbólico, tornam-se hegemônicas, ditando narrativas, regras e valores. Outros, desprovidos do poder simbólico têm suas vozes desqualificadas, por meio de políticas de silenciamento ou apagadas e excluídas de qualquer visibilidade (ARAUJO, 2000).

Tal mercado discursivo é contínuo e opera em toda enunciação, incluindo nas políticas públicas de saúde para ciganos. Também rege a escrita de uma tese de doutorado que busca investigar tal tema partindo do campo da Comunicação & Saúde (C&S), como é o nosso caso e, sob o prisma das mediações, busca examinar as estratégias de produção, circulação e apropriação que constituem e viabilizam essas políticas de modo a desvelar iniquidades aí presentes.

Nesta perspectiva, consideramos que gestores e técnicos dos sistemas públicos de saúde, donos dos meios de produção e circulação e controladores de muitas fontes e fatores de mediação, que atuam diretamente na apropriação das políticas públicas. Averbando para si o direito à fala e à prerrogativa da verdade, se constituem em vozes oficiais e autorizadas, passando a ditar os valores e as regras que conduzem o jogo enunciativo, definindo histórias e narrativas dominantes.

No contraponto, as pessoas ciganas, em sua maioria excluídas ou em situação de desigualdade, desprovidas de capitais econômico e simbólico, negligenciadas na área da saúde e obrigadas a viver nas periferias das sociedades portuguesa e brasileira, tiveram suas vozes historicamente censuradas ou apagadas (SILVA JÚNIOR, ARAUJO, 2015). Mas lutam pela inclusão comunicacional e social, colocando em enunciação táticas de resistência para se manterem na disputa pelo poder simbólico e estarem mais ao centro na rede discursiva, conquistando o direito à saúde, à comunicação e à cidadania.



Levar em conta esse processo discursivo permanentemente conflituoso, que aponta para as relações de poder e de desigualdades nas cenas discursiva e social, foi fundamental para uma análise crítica das políticas “com” as pessoas ciganas não “para” ou “sobre” elas, rompendo com um paradigma que insiste em aparecer na maioria dos estudos ciganos. Construímos uma análise crítica das políticas em conjunto com as pessoas ciganas – as mais interessadas neste assunto –, compreendendo-as como dotadas de saberes próprios, como quem tem o que falar e merece ser escutado e tomado em consideração.

Refletir sobre o direito a falar e ser escutado, nos permitiu uma atitude autocrítica na relação com os nossos interlocutores de pesquisa, que se pautou, em hipótese alguma, por causar qualquer “violência epistêmica” ou simbólica, cujo resultado, fosse a “obliteração do rastro do outro” (SPIVAK, 2010, p. 14), o que, ao contrário de nossos objetivos, contribuiria para manter os ciganos como sujeitos silenciados e censurados, ou na melhor das hipóteses, estereotipados e estigmatizados.

Para não cair neste equívoco, partimos do campo da Comunicação & Saúde (C&S) e estabelecemos uma abordagem multirreferencial, de maneira a problematizar a intervenção na realidade social, potencializando a luta política dos grupos estudados, na área da saúde pública. Destacamos, por exemplo, a necessidade da criação de “espaços e articulações para que possam falar e ser ouvidos”, que potencializem vozes periféricas, como as ciganas, questionando a exclusão dessas populações da possibilidade de protagonismo na saúde (ARAUJO & CARDOSO, 2007), particularmente, pela política de silenciamento e invisibilidade que tomam formas nas políticas e práticas de comunicação dos órgãos de saúde pública no Brasil (LAVOR, 2014) e em Portugal (RAMOS, 2004 e 2005).

Por outro lado, a pergunta também é uma provocação do investigador principal, que vivenciou esta inter cruzada em ser pesquisador de seu próprio povo, uma vez que pertence ao tronco étnico Calon. Ser cigano e ser pesquisador, dá um nó na autoria e, por vezes, o texto sai no plural, revelando as múltiplas vozes que habitam todo e qualquer discurso, especialmente, as vozes da orientadora e da coorientadora do trabalho, além das vozes teóricas e dos pesquisados, que também estão presentes. Por outras vezes, o texto sai no singular, revelando a pessoalidade, a experiência íntima da vivência do pesquisador, especialmente, no processo de trabalho de campo e no capítulo 3 do trabalho, a expressão da primeira pessoa do singular aparece muito fortemente, marcando este posicionamento.

Neste cenário teórico-conceitual, mas também político e decolonial, apresentamos no próximo capítulo os arranjos epistemológicos que nos permitiu essa construção, com enfoque, sobretudo, no diálogo com a filosofia cigana, considerada como também um modo de produção de conhecimento, ainda que excluída pela ciência hegemônica.

Partindo desta ancoragem, na sequência apresentamos algumas reflexões sobre o modo de produção social da identidade cigana, a partir das disputas internas entre associações ciganas pelo direito à escolha da autonegação e a recusa à nomeação imposta, revelando que esta disputa sofre a interferência direta de outros campos e instâncias não ciganos, a exemplo das instituições estatais e dos meios de comunicação.

Por fim, abordamos o modo como as pessoas ciganas e o próprio movimento social romani articulam táticas discursivas híbridas, como a “tática do coringa”, que permitem, por um lado, combater estereótipos e tentativas de padronização cultural e, por outro, enquanto culturas e identidades híbridas, decolonizando o ser cigano.

2. ARRANJOS EPISTEMOLÓGICOS: O DIÁLOGO COM A FILOSOFIA CIGANA

A filosofia cigana é a da natureza, reinada por princípios uni-versais. Com semânticos jardineiros e pés-de-olhares nos canteiros. Olhos de sonhos. Olhos de mundos. Olhos estranhos. Olhos profundos. Olhos de fogo. Olhos da terra. Olhos de pó-ética. Olhar ampliado de mundo. O ideal é a poesia. Criada e recriada a luz do dia e a sombra da noite. Espelho da poética noturna e reflexo dos meus amores. Sentimento do astral, no fenômeno do natural. A poesia é o alento, a alegria e até filosofia – de vida (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 182.).

As reflexões e análises que apresentamos da pesquisa se baseou numa construção epistemológica ancorada em quatro matrizes: os estudos decoloniais, os estudos semiológicos os estudos culturais (EC) e a filosofia cigana. A ideia de que os povos ciganos possuem um modo de produção de conhecimento próprio não é nova, como averiguamos na citação de Silva Júnior acima. Entretanto, a ideia de considera-la como uma possibilidade de análise e composição teórica e conceitual, trazendo para o diálogo com outras correntes teóricas é bastante inovadora e revela um cunho



completamente horizontal e dialógico entre distintas vozes na produção de saberes, sejam elas de autores ou pesquisadores, sejam elas dos interlocutores de pesquisa.

A matriz anticolonial, anticapitalista e antipatriarcal de Boaventura de Sousa Santos (2010, 2017), nos situou em um modo de produção do conhecimento cujo enfoque principal está no diálogo com os conhecimentos de povos e grupos excluídos pelos colonialismos-capitalismos, mas que, resistindo, mantêm identidades e modos alternativos de vida, a exemplo das comunidades romani. Tradução intercultural foi seu principal conceito epistemológico-metodológico.

A matriz dos Estudos Culturais (EC) nos ancorou numa visão que desloca a centralidade da identidade como naturalizada e imutável, para entendê-la enquanto fragmentária e dinâmica, que se realiza em processos culturais e sociais de diferenciação (HALL, 2003). Este modo de ver permite perceber o caráter político das identidades ciganas e suas estratégias de resistências identitárias como saberes ou bens simbólicos em disputa, que interferem nos lugares enunciativos que ocupam nos discursos das políticas públicas de saúde e na produção de conhecimento científico.

A matriz da teoria da produção social dos sentidos aportou a compreensão da comunicação como um mercado simbólico (ARAUJO, 2002) composto por três ciclos, produção, circulação e apropriação, mercado onde múltiplas vozes disputam o poder simbólico, poder de fazer ver e fazer crer (BOURDIEU, 1989).

Entre outros desdobramentos, essa matriz possibilitou um enfoque crítico às políticas públicas de saúde para ciganos, pela percepção da estreita relação das políticas com os processos comunicacionais. Os ciganos e seus modos de entender e viver a saúde são ignorados na produção das políticas, a circulação da informação sobre as políticas é deficiente ou inexistente e o acesso equitativo e integral aos serviços de saúde, como preconizam os sistemas públicos de Saúde em Brasil e Portugal é atravessado por preconceitos e situações humilhantes, impedindo sua apropriação.

A filosofia cigana foi considerada um modo de produzir conhecimento, constituindo-se como os anteriores em uma das matrizes da pesquisa. Na maioria dos estudos romani há uma estrutura mais ou menos parecida, em que autores apresentam elementos simbólicos do que consideram ser a cultura ou a identidade romani, que funcionam como demarcadores que os diferenciam da cultura ou identidade majoritária.

Contudo, esses demarcadores só fazem sentido se situados em seus modos de vivência e compreensão de mundo. Caso contrário, se tornam letra fria e desconexa. As culturas ciganas e suas identidades não podem ser descritas, enquanto entidades abstratas, sem pensar que por traz existam filosofias que fazem funcionar sistemas de ação e de organização social, que servem de parâmetro para as identidades culturais romani.

A maioria dos estudiosos dos povos ciganos, dos gestores e profissionais que atuam na elaboração e implementação das políticas públicas de saúde para ciganos, ignoram a diversidade cultural dos povos ciganos, suas filosofias e modos de vida e organização sociocultural, destacando, na maioria das vezes apenas alguns elementos ou aspectos identitários e culturais de uma única comunidade específica, descontextualizando-os e tratando-os como válidos para todos os grupos, como se fossem estanques e sem interligações, reforçando assim estereótipos e preconceitos.

A matriz será objeto de atenção especial neste artigo, em diálogo com as outras três, sempre que necessário e possível. Para começar o debate trazemos uma fala da raizeira e benzedeira cigana, residente em Rondonópolis (a 220 km de Cuiabá – Mato Grosso):

Eu sinto muito orgulho da nossa tradição. Vem de muitos anos. Nós viajávamos, acampava por muitos lugares e muitas cidades. Matava porco, vaca, era de tropa, chegava e parecia uma cidade as nossas barracas, as baterias de vasilhas e o povo de fora vinha para apreciar. Nós ainda estamos na tradição e temos muitos parentes aqui em Rondonópolis, em Cuiabá, em Tangará, em muitos lugares no Mato Grosso. Nossa tradição não misturava e hoje mistura, por isso, vai degenerando um pouquinho, mas nunca deixa de ser cigano. E tenho orgulho da minha tradição. Eu não tenho o orgulho de ser melhor, cigana, do que um gadjon¹. Para mim é tudo igual. Mas a tradição cigana ela é sábia. Ela é sábia. Ela é sabida. Ela não tem muito estudo. Não tem muito estudo, mas eu tenho a sabedoria de Jesus na minha cabeça. Eu conheço tudo na minha vida. Ando por conhecimento de Jesus, porque eu tenho muita sabedoria que Deus me deu. Eu não leio sorte e nem baralho, mas tudo que pertencer de remédio de Kalon, de cigano, eu sei e linguagem e tradição. Eu só não sei fazer o mal feito. É respeito e eu peço a Deus que nunca acabe. Você não vê um cigano, assim, preso porque ele matou, porque ele roubou, porque assou. Você não vê! E olha os gadjon: você vê, cada um sai com a tornazeleira no pé. Onde você anda tem um. E olha aqui para você ver, é muito difícil acontecer alguma coisa com cigano. Não tem cigano esturador, não tem cigano que rouba dos outros, não tem presos, não tem nenhum, você pode cassar. E os gadjon, eu não falo deles, mas eles querem ser diferentes dos ciganos e não é. Corta



nos ciganos sai sangue e corta nos gadjon sai sangue. Todas as nações são iguais. Todos somos filhos de Deus. Gadjon é de carne e cigano é de carne. Tudo é igual, mas eles querem ser orgulhosos, querem ter a descendência deles para lá. Mas eu tenho muito orgulho da minha origem. (Raizeira e Benzedeira).

Essa narrativa é muito interessante porque fornece uma noção muito forte de que a tradição cigana se constrói partindo de alguns valores básicos e saberes que se chocam e confrontam com os valores das sociedades dominantes ocidentais, ora de forma mimética, numa espécie de hibridismo ou comparação pela igualdade na humanidade e ora de uma forma contrastiva, na base da oposição pela diferença. E vou aqui tentar explicitar da maneira mais próxima possível de uma tradução para o modo acadêmico-científico, sistematizando-os.

Neste sentido, consideramos a produção social da ciganidade como uma instância simbólica composta por três elementos: a) uma filosofia de vida, que fundamenta os modos de olhar e perceber a vida; b) um sistema de ação e um sistema de organização social marcado por atitudes, representações sociais, modos de agir e demarcadores culturais, que conformam múltiplas versões das culturas ciganas; c) um sistema de identificação/diferenciação cultural que permite às pessoas romani recorrerem para basear sentimentos, comportamentos, modos de ser e 'estar-no-mundo'.

A filosofia Cigana guarda as verdades últimas. Estoque histórico, cultural e mitológico, memória oral, narrativas, histórias de vida; conhecimentos e saberes acumulados, verdades mais profundas, que estruturam modos de compreensão da vida e do mundo. Núcleo central da ciganidade, do qual citamos com destaque quatro pilares: 1) a cultura da paz; 2) a liberdade da alma; e 3) a amizade/lealdade que interpretamos como solidariedade; e 4) valorização maior das pessoas em detrimento dos bens materiais.

Partindo destes e outros princípios, a filosofia cigana rege e é colocada em prática pelos sistemas de ação e de organização sociocultural. O sistema de ação faz a ligação entre filosofia e seus modos de organização sociocultural e de identificação/diferenciação, estruturando modos de agir e se comportar, enquanto o sistema de organização sociocultural estrutura modos de viver e estar. Juntos, os dois sistemas fazem a ligação entre filosofia e identidades culturais que emergem e ambos são compostos por outros elementos, talvez infinitos.

A filosofia Romani e o seu sistema de ação são menos porosos às influências externas; o sistema de organização sociocultural e as identidades culturais estão mais próximas da composição e diálogo com o universo não cigano, aparentes, porosos e maleáveis. Esta filosofia não é só retórica, contendo importantes componentes práticos. Se é cigano, em gesto e ato, em narrativas e modos de se posicionar. O sistema de ação da ciganidade se estrutura em três valores principais: honra, respeito e vergonha; que regem as "leis ciganas" tradicionais e se efetivam na composição e nas relações intrafamiliares e intragrúpis; definindo o prestígio de uma pessoa no universo cigano.

O sistema de organização sociocultural cigano se expressa pela alta valorização à configuração familiar alargada, seus rituais e papéis, com destaque para o respeito às mulheres, crianças, idosos e mortos; os modos de viver o casamento; a importância da espiritualidade e da fé; o passado comum de sofrimento; o trabalho tradicional com a "gambira"; a intensidade e paixão dos sentimentos da vida, com alegria e festividade, música e dança, arte e poesia. Também pela contraposição aos "gadjons", como na mobilização do estereótipo reverso do ladrão ou bandido perigoso; ou na utilização da língua como uma estratégia de defesa.

Nesse complexo emergem as identidades ciganas, como aponta um dos nossos interlocutores mais qualificados da pesquisa de campo em Portugal, por ser professor, pesquisador doutor e cigano:

Em Portugal, como eu digo, pelo meu livro e nos meus estudos, se distinguem fundamentalmente por três ou quatro aspectos: a língua kalon e o que eu gostava que tivéssemos em consideração é o seguinte: o que as pessoas ciganas em Portugal falam é o Kalon. É bom ter em consideração aquilo que um investigador oitocentista espanhol dizia: "*el cralis anicovado a lida dos kalé*". Isto é: "o rei roubou a lei cigana". Na altura, o rei em Espanha. O que eu quero dizer com isto: quero dizer aquilo que os dizem que é anicovado a lida dos kalé, não é mais do que permanentes transformações que os kalon portugueses vão sofrendo ao longo do tempo. Já não falam o kalon como eu estou a falar convosco. Dizem algumas palavras. É uma coisa que se tem vindo a perder ao longo do tempo. Nós podíamos entrar aqui numa discussão se é assimilação. Não é esta a discussão teórica que interessa. O que interessa perceber é o seguinte: nós continuamos a ter famílias ciganas que falam kalon; que optam pelo casamento cigano, que continua a se caracterizar pelo pedimento do casamento e da moça virgem, pela prova da virgindade e para mim, este continua a ser o núcleo essencial, dentre



outros, mas não quero afunilar simplesmente neste aspecto; a questão dos tios e dos mais velhos que cada vez mais está a desaparecer. Estes valores cada vez mais estão a desaparecer. Os mais velhos já não são tão respeitados como anteriormente e o casamento, em muitos casos, se faz de outra maneira. As pessoas não ciganas pensam que as meninas e as mulheres ciganas são dependentes dos homens. E em muitos aspectos, algumas, são! Agora, um homem de respeito, não sei se conhecem o termo? Um cigano de respeito é um cigano que respeita as suas filhas, os seus filhos e a sua mulher. E este é o tal homem que aqui em Portugal ainda, sendo um homem de respeito, pode ser considerado um tio, ou um tio entre os tios, ainda que esta questão dos tios e dos tios entre os tios hoje esteja muito dissolvida, com a emergência do associativismo cigano. E o receio que eu tenho é este: defendo e é muito importante que os jovens do associativismo cigano nunca esqueçam duma coisa, que um dos aspectos mais importantes e reconhecidos pelos ciganos e não ciganos é o respeito dos mais jovens relativamente, quando isso se perder está-se a perder um dos aspectos mais importantes, daquilo que são os aspectos étnico-culturais das pessoas e famílias ciganas... (Professor universitário).

3. ENTRE KALONS E GADJONS, PRODUÇÃO SOCIAL DA CIGANICIDADE: ASSOCIAÇÕES ROMANI E DISPUTAS PELA IDENTIDADE E NOMEAÇÃO

Processos de diferenciação e identificação não podem existir sem uma representação. Discursos constroem lugares nos quais os indivíduos podem se posicionar e falar. Conforme Silva, Hall e Woodward (2000, p. 82), "as classificações são sempre feitas a partir das identidades" que, por sua vez, "são uma forma de ordenação do mundo social em grupos ou classes". Ou seja, "quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade" (IDEM, p. 91) e "atribuir diferentes valores aos grupos" (IDEM, p. 94).

A partir dos jogos de identidade se constroem ou reconstroem hegemonias ou classificações hierarquizadas, que se materializam no racismo, exclusão ou desigualdade social. Sistemas simbólicos são responsáveis por "dar sentido aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados", o que "ocorre sobretudo, na luta política pelo reconhecimento das identidades" (SILVA, HALL e WOODWARD, 2000, p. 18 e 19). Movimentos sociais têm reivindicado o direito de assumir a responsabilidade por suas próprias identidades, incluindo o movimento cigano, que luta, mesmo internamente, para falar por si mesmos e consolidar a imagem mais desejável sobre o "ser cigano".

Tomando esse ponto de vista, desnaturalizamos processos de identificação/diferenciação/nomeação utilizados para a constituição de identidades ciganas baseadas em estereótipos. Analisamos que as sociedades brasileira e portuguesa têm representado os povos ciganos oscilando entre invisibilidades, silenciamentos e estereotipações. Profissionais de saúde desconhecem que há uma multiplicidade de identidades romani dentro da genérica identidade "cigana", suas especificidades, filosofia e visões de mundo, que nesta vivência fronteiriça deslizam como táticas de resistência.

Claro que esses estereótipos nunca foram aceitos plenamente pelas pessoas romani, que têm os seus próprios conceitos do que é ser cigano; mas se utilizam ambigualmente deles, ora como forma de contraposição aos modos de vida não ciganos, ora como forma de hibridação (SOUZA, 2013; FERRARI, 2010). A questão explícita o modo como se relacionam com a sociedade majoritária e como estas relações podem interferir na apropriação da saúde cigana.

Apresentamos e analisamos a seguir quatro situações ocorridas na pesquisa que exemplificam o modo como identidades ciganas brasileiras foram manejadas, disputadas e negociadas dentro do próprio movimento romani e por diferentes comunidades discursivas, com destaque para as diferentes instâncias e campos estatais, que têm sido decisivos nesta condução.

Gambira: o processo de negociação com a comunidade Nova Canaã, o ser cigano e sua representação

O substantivo "gambira" na cultura cigana quer dizer viver de trocas informais. É a principal fonte de sustento da maioria dos grupos ciganos, um denominador cultural que liga etnias. A gambira não é um simples escambo, exigindo convencimento e argumentação. Espécie de jogo, em que o ideal é um negócio justo, mas no fundo todos querem sair ganhando – o que é possível, ainda que não ocorra na maioria dos casos.

O que vivenciamos com os dois líderes do acampamento Nova Canaã (Distrito Federal – DF), presidente administrativo e presidente financeiro da Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC-DF), para participação na pesquisa, se



assemelhou ao processo de gambira. O que estava em jogo era simbólico: o processo de negociação girou fortemente na questão identitária, envolto em quem pode ou não ser definido como cigano.

Foram três reuniões de negociação e algumas condições se repetiram, das quais identificamos quatro principais: 1) as perseguições históricas que sofreram por parte do Estado e da população majoritária, cobrando políticas afirmativas, de reparação e igualdade racial; 2) a antiguidade e riquezas das culturas ciganas, em contraposição luta para resistir enquanto modo de vida próprio; 3) a preocupação na representatividade e ocupação dos “espaços oficiais ciganos”, bem como na dificuldade de lidar com não-ciganos, por se sentirem explorados; e 4) o convite à comunidade do pesquisador para a criação de uma associação em Mato Grosso e a organização de uma federação cigana com representatividade nacional.

A principal condição era que a família do pesquisador fosse incluída na pesquisa e nas ações de ativismo que articulam; inclusive, sugerindo a criação de uma associação em MT, por meio de um convite gravado em áudio para filiação à ANEC com o intuito de transformá-la numa federação, com representantes de todo o país. A comunidade em MT reúne cerca de 300 pessoas, concentradas nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Tangará da Serra. Esta informação consolidou o interesse em participar da pesquisa, pois significou a garantia da inclusão de mais uma comunidade cigana em sua rede de militantes.

Consideramos o áudio do presidente administrativo da ANEC-DF à comunidade de MT como um produto de tradução intercultural e interpolítica da pesquisa. Interpretamos nesse gesto dois interesses principais: a) uma garantia e comprovação de que de fato o pesquisador era cigano, legitimando o aceite; e b) a aliança entre as duas comunidades ciganas. Diante desta situação, o pesquisador – que em princípio não pesquisaria sua comunidade – teve que incluí-la, ampliando de cinco para 17 os interlocutores no Brasil.

A mensagem do presidente administrativo convidando para a criação de uma associação em MT foi muito bem recebida pela família do pesquisador. No processo de mostrar o áudio aos parentes, ele recolheu respostas em audiovisual, com as quais editou um vídeo, apresentando-o aos dois irmãos na última e decisiva reunião de negociação. O vídeo foi fundamental para participarem do trabalho. Com sua apresentação, estava comprovada a ciganidade do pesquisador e a possibilidade de união dos dois grupos.

Consideramos o vídeo como o segundo produto de tradução intercultural e interpolítica da pesquisa. Neste momento, percebemos o potencial do audiovisual na pesquisa em comunicação e saúde como possibilidade de participação e tradução intercultural (RAMOS e SERAFIM, 2014) e interpolítica nos moldes apresentados por Santos (2017b), entre duas comunidades ciganas distintas brasileiras e que o mesmo poderia ocorrer entre os movimentos ciganos de Brasil e Portugal. Analisamos este processo de negociação com a comunidade N. Canaã como uma das questões centrais de pesquisas que propõem a produção de conhecimento emancipatório e anticolonial. Algumas questões aparecem nesses casos:

Quem pertence ou não a uma comunidade que estamos trabalhando? Quem é e quem não? *In/outsider*? Se um indígena vai fazer trabalho na sua comunidade, se um negro/negra vai fazer um trabalho na sua comunidade quilombola, (se um cigano/cigana vai fazer um trabalho na sua comunidade) o que que é nele *insider* e o que é nele ou nela *outsider*? (SANTOS, 2017b, aula 3).

Refletindo sobre esses temas, Santos (2017b, aula 3) citou a neozelandesa, Linda Smith, que ao estudar seu povo, os Maori, “teve problemas em ser reconhecida”; considerando “que do ponto de vista dos Maori, ser investigado é ser colonizado”. Argumenta Santos (IDEM), que “muitas comunidades só se deixam observar se observam a nós” e foi exatamente isso que ocorreu no processo de negociação com as pessoas ciganas, que também exigiu observar os papéis do pesquisador e de sua ciganidade.

Esta postura mudou o paradigma da produção do conhecimento, que deixou de ser exclusivo do pesquisador, sendo revertido em favor também das comunidades, nas intervenções práticas, que a tese proporcionou. O principal deles foi a aliança entre comunidades mato-grossense e brasiliense, inclusive com a criação da Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT)ⁱⁱ, que vem se mantendo ativa desde então.



A Anec, o estatuto cigano e a polêmica em torno da autodeclaração

Em 06 de fevereiro de 2017, acompanhamos os Presidentes administrativo e financeiro da ANEC, em reunião no Senado com o assessor jurídico e o Senador que à época fazia a relatoria na Comissão de Educação da Casa do projeto de Lei 248 de 2015, que cria o ‘Estatuto do Povo Cigano’, de autoria do Senador Paulo Paim. Por ter sido a proponente do projeto, esta é a mais importante pauta da associação, vista como garantia de direitos e implementação de políticas públicas específicas em todos os campos.

A reunião mostra o alto nível de organização política dos interlocutores, tanto junto a outras lideranças romani brasileiras, quanto externamente, junto ao Congresso Nacional, no acompanhamento ativo de tramitação de um projeto de lei, mantendo diálogo com assessores jurídicos e senadores, acompanhados de representante do Ministério Público. O principal tema debatido foi o inciso primeiro do parágrafo único do artigo primeiro, que trata a definição de quem é cigano, o que indica que o debate identitário está no centro da pauta do movimento cigano.

A maior preocupação era modificar a proposta inicial, que constava como critério para definição de cigano a autodeclaração, nos seguintes termos: *“o conjunto de pessoas que se autodeclararam ciganas, ou que adotam autodefinição análoga”*. Em sua fala, o presidente administrativo e líder principal buscou entender se o senador havia mudado essa definição, conforme tinham solicitado, de maneira a ficar como está no estatuto dos povos indígenas:

Hoje nosso objetivo aqui é saber do Senado Federal, na pessoa do nosso grandioso amigo, assessor do senador relator, sobre as questões referentes ao Estatuto dos Ciganos. Como está o andamento e o que está acontecendo com o Estatuto, tudo isso a gente vai estar informando hoje dessas autoridades e podendo repassar pra todas as demais lideranças ciganas em todos os Estados do Brasil. O que realmente está acontecendo sobre o nosso estatuto aqui em Brasília na casa do Senado Federal. E hoje é um dia de bastante alegria, falando do estatuto, da criação de um documento que em toda a história de 500 anos de ciganos no Brasil nunca tivemos a oportunidade de nem pelo menos começar e hoje nós já podemos dizer que está bem adiantado, graças a Deus. Doutor, o que o senhor tem a dizer pra nós sobre o primeiro artigo do estatuto cigano? Eu gostaria de perguntar ao senhor: há risco de mudança ou permanece a mesma coisa? (Presidente Administrativo da ANEC-DF)ⁱⁱⁱ.

Em resposta, o assessor informou que o parecer do senador sobre o projeto de lei estava pronto para ser apresentado à comissão, prevendo a alteração no artigo segundo o compromisso do senador com os dois irmãos. Com a alteração, ficou considerado como membro da população cigana, “aquele que além de se autodeclarar nessa condição, for reconhecido pela comunidade como tal”.

Há uma preocupação em limitar quem pode ou não ser incluso na categoria “ciganos”, com direito a receber os benefícios do Estatuto; como também, quem pode ou não representá-los. Os povos romani são grupos étnicos coletivos, de aspecto familiar, ligação sanguínea e de parentesco. Portanto, não basta autodeclaração, mas também ser reconhecida por uma comunidade. O argumento é que algumas pessoas não ciganas se apropriam da autodeclaração, usufruindo de direitos e benefícios destinados aos romani, ou os representando politicamente de maneira indevida. Sem conhecer a ciganicidade, aprofundam estereótipos.

A AMSK e a recusa ao estatuto

O “diálogo” com a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK)^{iv} iniciou em novembro de 2017. Consegui o contato de sua presidente como se fosse a técnica da equipe saúde cigana no Ministério da Saúde e foi nesta intenção que liguei. Quando perguntei se trabalhava com a saúde cigana no órgão, ela disse que não como servidora e sim como a principal organização cigana da sociedade civil parceira, a AMSK. Na conversa muitas coisas se descortinaram. Entendi motivos que levaram os dois presidentes da ANEC tantas vezes me perguntar se não tinha envolvimento com esta associação, inclusive como condição para participarem da pesquisa.

Me apresentei e aos objetivos do trabalho, comentando que seria importante falar então com ela, já que estava em diálogo constante com o MS. relatei como foi a pesquisa de campo, incluindo a imersão junto ao acampamento N.



Canaã, o que deixou a conversa um pouco tensa no começo, mas depois se desenrolou respeitosamente. A presidente da AMSK pontuou uma proximidade bem íntima com o MS, distância e rivalidade com a ANEC e se disse “surpresa” em só ter chegado a ela quase na hora de defender (faltando apenas seis meses para a defesa). Também se colocou como a principal interlocutora do tema no Brasil; e manifestou preocupação pelo meu envolvimento com a ANEC, a que considerou como “ciganos estereotipados”.

Comuniquei que iria à Brasília para falar com as técnicas do MS e se possível, gostaria de falar com ela também presencialmente, o que acabou não acontecendo, apesar da minha viagem ter ocorrido e o diálogo com as técnicas da equipe de saúde cigana também, a presidente da AMSK, infelizmente, não pode me receber, mas o nosso diálogo continuou por e-mail. Ela mostrou braços internacionais da associação, diálogos junto à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização das Nações Unidas (ONU). Enfatizou que a parceria com o MS tinha alguns anos e informou que participaram ativamente nos trabalhos desenvolvidos pelo órgão, como a publicação da cartilha “Subsídios para o cuidado à saúde do Povo Cigano” (2016) e a coordenação de três oficinas de saúde (2017) para a realização de diagnósticos de saúde de comunidades ciganas.

A associativista definiu a AMSK como “uma associação formada por mulheres descendentes de Romá”, todas com perfil diferenciado, que buscaram escolarização formal, sendo uma doutora. Disse que a ONG trabalha com base político-científica, mantendo diálogo com a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O que mais chamou atenção é que a organização atua contra a criação do Estatuto dos Ciganos, tendo solicitado seu cancelamento a vários outros órgãos federais.

Entre os documentos que me disponibilizou estava um ofício (2015) encaminhado à ministra da SEPPIR, com análise detalhada, desqualificando completamente o documento. Não vou entrar no mérito do conteúdo do projeto, ainda que considere importante um estatuto. Evidencio nesse processo que o projeto político para a identidade cultural cigana da AMSK diverge daquele proposto pela ANEC. Fica claro o conflito e a disputa de espaços políticos entre ambas. Esta conversa desvendou que o movimento cigano é composto por diferentes segmentos, com visões distintas sobre a identidade e a cultura cigana e sobre os seus modos de articulação política com o Estado.

A foto da discórdia e as identidades Rom e Kalon em questão

O Ministério da Saúde lançou um cartaz, que é o cartaz da portaria 940, que é a Portaria que rege o cartão SUS, facultando a todas as populações itinerantes e aí vai; ciganos, vai população de rua, circense, não é? A aquisição do Cartão SUS sem a necessidade de informar domicílio. (...) Essa portaria, ao invés do povo cigano botar debaixo do braço, não é, para onde ele chegar, dizer que tem um documento que faculta, que resguarda, não! Eles resolveram brigar. Inclusive moveram uma ação contra o Ministério da Saúde por conta dos personagens da foto. (...) Como a gente estava numa oficina em Aparecida de Goiânia (GO), e a gente foi fazer uma oficina de saúde lá e estava disponível um fotógrafo, que na época era a pessoa da comunicação da equipe que estava junto e a gente estava num ambiente misto e tinha uma família Rom-Kalderash, tiramos a foto do seu Alexanio, a esposa e as duas filhas. Bastou. O povo em vez de usar o cartaz como um documento de referência, foi para o Ministério Público dizendo que ‘o Rom não me representa’. Então, assim, é muito complicado, porque cada coisa que você quer fazer, aparece uma ponta pra desconstruir, entendeu? Aí nós fizemos ano passado, em parceria com a AMSK, que tem sido uma parceira incansável e que é uma pessoa, que embora seja uma Romi, ela está pouco se lixando para essa questão de subgrupo, porque a gente tem um pensamento, assim, muito alinhado: a mim não interessa se é Sinti, se é Kalon, se é Rom, para mim não faz a menor diferença. O que eu quero são condições mínimas, essa é a nossa luta. São condições para que esse povo possa acessar os serviços de saúde e isso passa exatamente por ‘n’ detalhes, tipo: a questão do subgrupo qual é não importa, a questão de que existe um preconceito que precisa ser desconstruído, tanto na sociedade, como nos próprios serviços. Porque até o próprio termo cigano, se você pegar o Aurélio, o dicionário do Aurélio ou o Houaiss, não é uma boa definição. Só tem termos pejorativos. Aí nós optamos e alinhamos isso com a AMSK da gente usar a nomenclatura aprovada pela ONU, a internacional, que é ‘Povo Rom os Assim Chamado Ciganos’. Outra grande confusão, porque os seus primos, os seus Kalons, numa reunião inclusive em que eu estava: ‘povo Rom não me representa. A minha identidade é Kalon!’ (...) Então, eu acho que por isso até hoje essa pauta ela anda assim muito vagarosamente, porque, até desestimula o próprio trabalhador que tá tentando fazer alguma coisa e não consegue porque a comunidade não colabora. (Técnica da Equipe de Saúde Cigana do Ministério da Saúde)



Apesar de longa, fizemos questão de manter a fala, pois mostra várias camadas conflituais: entre duas associações ciganas, duas etnias distintas e entre parte do movimento cigano e o Estado, por questões relacionadas à identidade cigana, à representação e à nomeação, cujo termo “cigano”, mesmo substituído por outro recomendado pela ONU, “Rom”, não resolve o problema da identidade, já que muitos grupos, especialmente os Kalon, não se sentem representados. Ao generalizar a cultura e a etnia rom como modelos oficiais, apaga outras identidades ciganas.

O cartaz “Povo Cigano – Acesso humanizado e acolhedor em todos os serviços de saúde”, publicado em 2011 pelo Ministério da Saúde (ver abaixo na figura) evidencia a multiplicidade de identidades culturais ciganas e a importância de considerar a toda essa diversidade nos produtos comunicacionais e no atendimento em saúde.

Figura 1 – “Cartaz Povo Cigano”



Fonte: Ministério da Saúde^{vi}

A União Romani Internacional tem em seus quadros principais ciganos da etnia Rom, que iniciou o movimento de mudança das categorias “ciganos” em português e o equivalente em outras línguas para Rom ou Roma. Por ocupar assento como organização consultiva da ONU, levou o órgão a reconhecer essa substituição. A AMSK é composta por mulheres descendentes do grupo Rom, tendo maior influência junto ao MS, onde alinhou a escolha do termo ao nome da equipe e à política de saúde denominada “Políticas Públicas de Saúde do MS nos Segmentos População de Rua e Povo ROM, os assim chamados Ciganos”.

A técnica exige a gestão do MS e do Estado brasileiro pela pauta da saúde cigana não andar; jogando a culpa para a população cigana, por meio da expressão do conflito de duas organizações romani. Deixa, assim, de lado questões importantes, como o estado não possibilitar o atendimento equitativo em saúde. Exemplificando a problemática: na época, a instituição mantinha três técnicas, sendo duas em contrato temporário, para atuar nas políticas de saúde dos povos em situação de rua, circenses e a população cigana brasileira, que atualmente, estima-se em 500 mil pessoas. Outra questão é o racismo estrutural que há séculos assola as comunidades ciganas, cujo resultado se expressa em situações de vulnerabilidade e pobreza.

Além disso, o MS segue um modelo de rominização das identidades ciganas, padronizando as identidades ciganas *Kalon* e *Sinti* em um único “povo Rom”. Afirma que “não interessa” as diferenças grupais e identitárias interna e o que quer “são condições mínimas” e não máximas para que “esse povo”, no singular e não no plural, “possa acessar os serviços de saúde”.

Analisamos que em 2018, três eram as instâncias/comunidades discursivas mais presentes nos discursos da saúde cigana em Brasil: a equipe de saúde cigana do MS que coordenava nacionalmente a política^{vii}; a AMSK, parceira técnica



do MS, ocupando papel central; e a ANEC, que ocupava um papel periférico, mas utiliza de outras estratégias para efetivar seu projeto político e manter influência na saúde cigana, como acionar o MPF ou articular com o Congresso Nacional.

Também apontamos a influência do movimento internacional cigano e da ONU, como órgão que legitima a escolha do nome Rom em substituição a “cigano” e confere legitimidade a ele. Além de disputas por espaço político e representatividade, há uma disputa intergrupual e identitária entre os troncos *Rom e Kalon*. O que dá uma dimensão das complexidades de implementação de políticas públicas.

Em Portugal, ser cigano não se vincula a qualquer direito ou política que também não seja garantido à população em geral. Mas também observamos conflitos internos no movimento cigano quanto às disputas identitárias entre as etnias Rom e Kalon. Um cigano português, bastante qualificado, pois realizou mestrado e doutorado na temática romani, fala em processo de rominização dos ciganos na Europa:

A maior parte dos ciganos em Portugal são Kalons. Não digo que não possam existir roms, sintis e outros. Mas, predominantemente, os ciganos em Portugal são Kalons. Gostava de reforçar esta ideia. Relativamente às pessoas e as novas gerações de ciganos. Nós os ciganos portugueses somos Kalons. E temos que ter o cuidado e inteligência, capacidade, estudar convenientemente, para não seguirmos quaisquer diretrizes europeias, que tendem a anular a identidade Kalon em detrimento dos roms e dos sintis. Eu ouço esses jovens falar e utilizar expressões que eu não conheço e não são do vocabulário Kalon. Que são expressões utilizadas por ciganos Rom da Europa e que dominam. (Professor Cigano da cidade do Porto).

São as culturas Rom que tem sobressaído nos estudos acadêmicos, no imaginário popular e nos produtos culturais. Comparando o projeto identitário da ONG Cigana governamental RCC, Canadá e a ONG cigana não-governamental UCB, Brasil, Souza (2013, p. 148) pondera que, ao contrário da RCC e mesmo sendo majoritariamente Rom, a UCB adotou o nome cigano por ter um projeto identitário que inclui os Kalon. Para a autora (idem, p. 149): “o uso da categoria cigano na esfera pública é claramente uma escolha política para superar particularismos étnicos e linguísticos” (IDEM). Os Kalon legitimam o projeto da UCB pois conferem caracteres e denominadores comuns identitários do que é ser cigano na visão da associação.

Moonen (2013) comenta que os grupos Rom tem mais condições financeiras e são os mais descritos em estudos acadêmicos. O autor (2013, p. 5) chamou este processo de ‘rom-centrismo’ e fala em “romólogos”: “que, em lugar de analisarem as diferenças entre os grupos ciganos, apresentam um modelo ideal como se os ciganos formassem uma totalidade homogênea”, em que a cultura rom passa a ser considerada a cultura “modelo”.

A partir dessas quatro situações, reafirmamos algumas questões: as identidades ciganas são construções abertas, produções coletivas, em constante mutação, disputadas e negociadas em vários campos e instâncias estatais. Como o executivo federal, o congresso nacional o MPF, ou os profissionais de saúde, a quem foram destinados o cartaz e a cartilha elaborados pelo MS. Mesmo a identidade genérica do termo “ciganos” não é fixa, ora apontando para homogeneidade, ora para heterogeneidade.

4. IDENTIDADE HÍBRIDAS: O SER CIGANO E A TÁTICA DO CORINGA

Os processos de invisibilidade e as políticas de silenciamento foram as duas principais estratégias utilizadas pelo colonialismo e capitalismo para a exclusão de sua filosofia de vida e os sistemas de ação e organização ciganos, bem como a desqualificação de suas identidades. Diante deste cenário, os romani adotaram duas táticas principais para resistir enquanto identidades culturais próprias, que mantêm estilos de vida próprios.

A primeira foi a estratégia da hibridação, com a adoção preferencial do modelo associativista familiar como forma de organização política para o diálogo estatal. A segunda foi o desenvolvimento cultural-filosófico-argumentativo do que chamamos de “tática da carta do coringa”, numa referência ao jogo de baralho que envolve hibridação, camuflagem e mimese.



A tática do coringa descreve o processo cultural-filosófico envolvendo capacidade de adaptabilidade e maleabilidade cultural, baseada na articulação discursiva de conhecimentos tradicionais, modernos e pós-modernos das pessoas romani, que lhes permitiu resistir enquanto comunidades distintas aos avanços do capitalismo e da globalização, ora na construção de identidades miméticas, ora contrastivas.

Enquanto a sociedade ocidental aplicava as estratégias de silenciamento e invisibilidade, nomeando e classificando toda uma rica alteridade como o genérico e estereotipado “ciganos”, as pessoas romani jogaram com esse genérico, desenvolvendo táticas de hibridação e mimese.

O coringa é hibridação e não assimilação. A estratégia tem a capacidade de encaixar em todas as posições, podendo compor com pares e/ou opostos. Simboliza todas as outras cartas, mas continua sendo o que é: um coringa. Seu poder é sua capacidade de, ao mesmo tempo, se diferenciar e se igualar às outras cartas. Assumir todas as posições de um jogo, substituindo qualquer carta, valendo o que ela vale, sem perder seu valor próprio ou a capacidade de simbolizar algo diferente noutras composições.

Todo coringa é único, nunca um é igual a outro, o que equivale a fórmula nenhum ser humano é igual ao outro. Diz Bakhtin (2002) que o homem nunca coincide consigo mesmo. A ele não se pode aplicar a fórmula de identidade de A é idêntico a B. Isso simboliza a inconclusibilidade do ser, compreendendo os lugares de interlocução que aí lhes são atribuídos e negociando suas identidades culturais, dentro de uma elipse que esse genérico permite.

Essas táticas são assumidas pelos movimentos políticos ciganos. Ativistas utilizam, por exemplo, a estratégia da visibilidade, como elemento de negociação, articulado, a outros fatores, para fortalecer lugares de interlocução e negociação diante das demandas de saúde e diálogos com instâncias e comunidades discursivas deste campo. Articulam junto a veículos da mídia, esclarecendo informações sobre notícias deturpadas acerca das culturas e identidades ciganas, além de apresentarem demandas políticas e sociais, buscando o direito de se auto representar e auto diferenciar. Também utilizam redes sociais como Facebook para o mesmo fim.

A disputa entre as várias associações ciganas em torno da visibilidade própria de cada instituição e pela imagem mais adequada sobre a identidade cigana que se quer representar, demonstra como o processo de identificação e diferenciação são processos negociados e concebidos dentro do campo da linguagem.

Neste caso, as identidades ciganas estão em constante negociação, hibridação e contraposição às identidades não-ciganas. Mas também internamente elas se dão nos contextos existenciais próprios de cada tronco étnico e de cada grupo ou subgrupo. Essas identidades se constroem e se concretizam a partir e nos modos de organização social e nos sistemas de ação, que orientam a filosofia de vida kalon.

No campo da saúde, só existem políticas públicas afirmativas, ou de equidade porque há grupos sociais ou identitários marginalizados ou desqualificados de várias formas como a exclusão, o racismo, a desigualdade, a estereotipação, o colonialismo, a apropriação, a violência... e que justamente por isso precisam de um olhar diferenciado sendo contemplados com políticas redistributivas.

Diante dos processos de invisibilidade/hipervisibilidade negativa e as políticas de silêncio/silenciamento, as duas principais estratégias utilizadas pelo colonialismo e capitalismo para a exclusão de sua filosofia de vida, dos sistemas de ação e organização ciganos e a desqualificação das comunidades e pessoas ciganas, é possível compreender que a luta política pela conservação da identidade cigana se conforma como uma estratégia do movimento político cigano para manter valores culturais em oposição ao capitalismo e comprovam que o modelo capitalista não é o único modo aceitável de vida.

Como vimos, a produção social da ciganidade, se efetiva a partir de três possibilidades: uma filosofia de vida, que se compõe por um sistema de ação e de organização social, que por sua vez, permite os processos de identificação/diferenciação cultural. Nesse contexto, a manutenção das identidades ciganas passa a ser uma forma de resistência cultural e política, assim como a luta pelo direito a ter uma identidade diferente passa a ser uma luta de resistência.

No campo da saúde pública, esta realidade se reflete no princípio da equidade, que visa construir formas de atendimento e inclusão por meio de ações reparatórias e afirmativas aos públicos negligenciados, caso dos povos ciganos. Assim, ressaltamos a importância de considerar as pessoas romani como detentoras de saberes próprios, com culturas ricas e milenares, que tem perspectivas diferenciadas sobre os próprios conceitos de saúde, doença e cura e que precisam ser levadas em consideração nos processos e serviços de saúde.



Por fim, destacamos a importância da criação de espaços de troca, de escuta aprofundada entre profissionais, gestores e usuários ciganos, tanto nos espaços de participação social dos sistemas públicos de saúde em Brasil e Portugal; como nos próprios serviços de saúde, em que as pessoas ciganas consigam pontuar e dialogar de forma horizontal, tendo respeitadas suas especificidades culturais, de maneira a garantir não apenas o acesso, com equidade, mas também a integralidade do tratamento e a inclusão social, por meio da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inesita Soares. *A Reversão do Olhar*. Série Acadêmica. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- ARAÚJO, I.S. *Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder - um modelo de comunicação para políticas públicas*. 2002. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucite: 2002.
- BOURDIEU, Pièrre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério da Saúde e AMSK. *Subsídios para o cuidado a saúde do Povo Cigano*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- FERRARI, Florência. *O mundo Passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros*. 2010. Tese – Doutorado em Antropologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOONEN, Frans. *Políticas Ciganas no Brasil e Europa*. Recife, 2013, 55p. Disponível em: <http://www.amsk.org.br>. Acesso em 20 de setembro de 2015.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: Introdução à Análise de Discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- LAVOR, A. M. *Visibilidade, Comunicação, Políticas Públicas e Saúde: ressonâncias e interrelações na saúde indígena*. 2014. Tese (Doutorado em Informação, Comunicação e Saúde) – ICICT; Fundação Oswaldo Cruz, 2014.
- RAMOS, Natália; SERAFIM, José. Comunicação em saúde e antropologia fílmica. In: *ALAIC 2014, Peru. Anais do XII Congresso da Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação*. Lima: PUCP, 6 a 8 de Agosto, 2014. Disponível em: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Natalia-Ramos.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.
- RAMOS, N. Contribuição do método fílmico para o estudo das representações sociais: perspectivas teóricas e de pesquisa. A. Moreira et al. (Org.) *Perspetivas teórico metodológicas em representações sociais*. João Pessoa, EDUFPA: 2005, p. 365-400.
- RAMOS, N. *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos B.S e Meneses M.P. (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 114, 75-116, 2017a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6784>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *A Sociologia Pós-Abissal: metodologias não Extractivistas*. (Aula Magistral 3). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Coimbra, 15 de maio, 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/1SHnc6P7Z6A> . Acesso em 05 de fevereiro de 2018.
- SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathrin. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.



SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. *Produção Social de Sentidos em Processos Interculturais de Comunicação e Saúde: a apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal*. 2018. Tese (Doutorado em Informação, Comunicação e Saúde - PPGICS) - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2018.

SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. *A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2009, 267p.

SILVA JÚNIOR, A. A.; ARAUJO, I. S. Vigilância, controle e políticas públicas de saúde para ciganos: reflexões sobre desigualdade e exclusão. In: *Colóquio Semiótica Das Mídias*, Vol. 6, 1, 2015. Jarapatinga (AL): Centro Internacional de Comunicação e Semiótica. UFAL, 2015. Disponível em: <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-atual/187-aco-es-entre-atores-analise-sobre-formas-de-interacao-online-em-uma-pagina-oficial-de-uma-instituicao-de-ensino-26> . Acesso em 20 de abril de 2018.

SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno Falar*. Trad. ALMEIDA, S. R. G.; FEITOSA, M. P.; e FEITOSA, A. P. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

NOTAS

i Pode ser traduzido por “ciganos” e “não-ciganos”, respectivamente.

ii www.galeriacalin.com site de referência da associação.

iii Os nomes dos dois líderes ciganos foram substituídos pelos cargos que ocupam na ANEC-DF e do assessor e do senador foram suprimidos da fala.

iv <http://amskblog.blogspot.com/> site de referência da associação.

v Grifos nosso.

vi Cartaz Povo Cigano. Disponível em: <http://amskblog.blogspot.com/2014/06/povo-cigano-acesso-humanizado-e-nosus.html>

vii A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde foi extinta em 2019 e com ela a equipe de saúde cigana. Entre 2019 e 2022, todas as políticas de equidade estão vinculadas à Coordenadoria Geral de Equidade do Departamento de Saúde da Família da Secretaria de Atenção Primária (COGE-DESF-SAPS-MS) do órgão.

